

Investimentos insuficientes implicaram infraestrutura inadequada. Por **Danny Leipziger**

É imperativo que o Brasil cresça

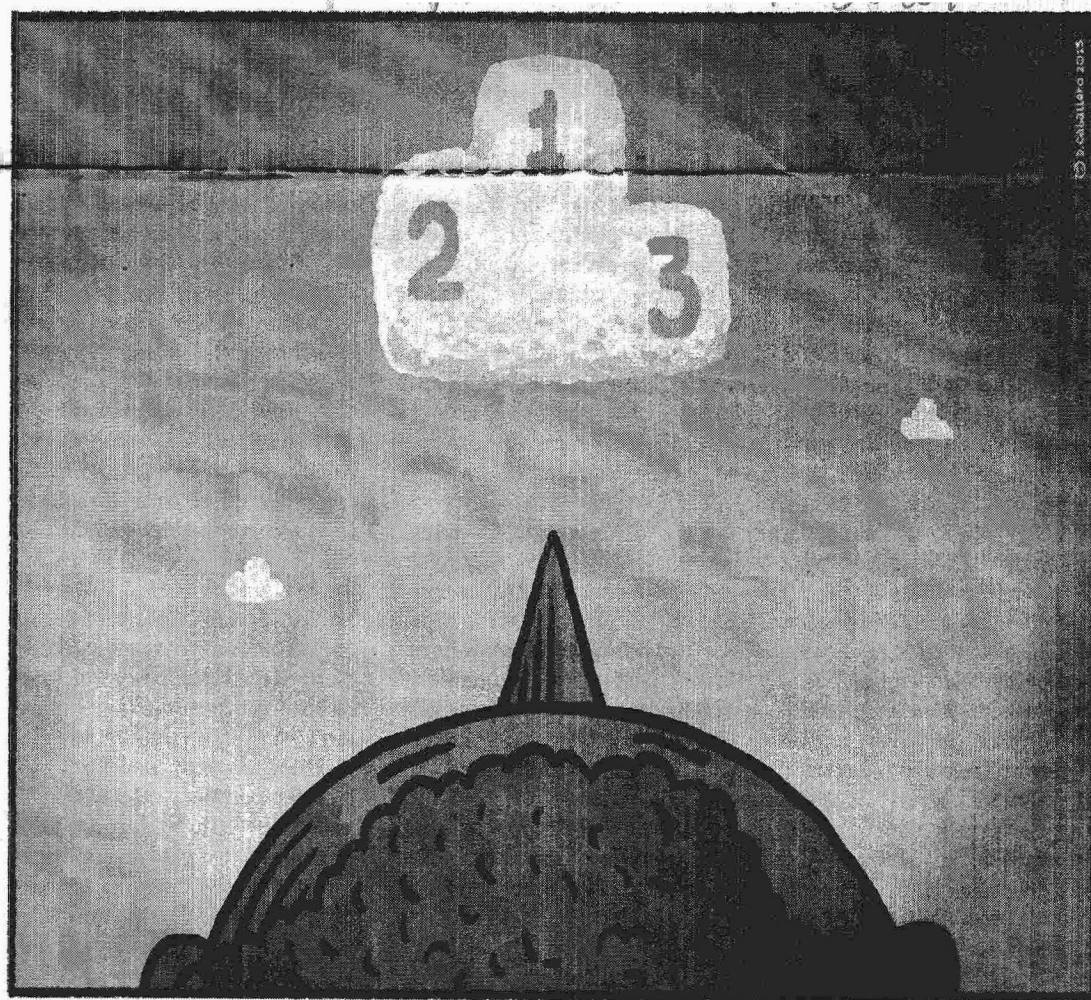
O Brasil já não está “botando banca”. As estimativas de crescimento para este ano colocam a maior economia na América Latina à frente apenas da Venezuela e de El Salvador, na região, e as perspectivas para o próximo ano não são muito melhores. A moeda brasileira, o real, caiu para seu nível mais baixo em relação ao dólar americano em mais de quatro anos, obrigando o governo a injetar bilhões de dólares no mercado futuro de câmbio e a elevar as taxas de juros para impedir fugas de capital — apenas alguns anos após impor um novo imposto para deter as entradas. Então, o que realmente está acontecendo no Brasil, e o que pode ser feito para assegurar um futuro próspero?

Certamente, o Brasil tem apresentado um desempenho muito bom segundo alguns indicadores de desempenho econômico ao longo da última década. Por exemplo, seus extensos programas sociais, associados ao crescimento passado do PIB, melhoraram acentuadamente a distribuição de renda no país.

No mesmo período, porém o crescimento anual do PIB foi, em média, de modestos 3,5%, e o crescimento da produtividade caiu em território negativo. A produtividade do trabalho no Brasil é um quinto da americana e inferior à mexicana e chilena. Como resultado, o Brasil pode não estar tão bem posicionado para tirar proveito de seu bônus demográfico (quando uma parcela crescente de pessoas em idade ativa cria novas oportunidades para o crescimento econômico), como acreditam seus líderes.

Um fator que limita as perspectivas do Brasil é a sua baixa produtividade, que pode ser explicada em parte por uma anêmica taxa de investimento de 18% do PIB — baixa para a América Latina e insignificante em comparação com o Leste Asiático. Investimentos insuficientes implicaram infraestrutura inadequada. Assim, apesar dos enormes gastos em estádios para a Copa do Mundo no próximo ano, os custos de logística permanecem elevados, minando a competitividade brasileira e limitando as perspectivas de crescimento do país. Enquanto isso, os escândalos de corrupção e frustração generalizada com a baixa qualidade dos serviços públicos estão alimentando o descontentamento social e reduzindo a confiança dos investidores.

O boom econômico brasileiro



Nem o governo Lula nem o de Dilma absorveram a lição principal da ascensão do Leste Asiático: embora uma política industrial melhore o desenvolvimento, não é substituta para investimentos em infraestrutura, capital humano e setores focados em exportações

foi em grande parte resultado da disparada dos preços das commodities. Apesar de um esforço do banco de desenvolvimento do Brasil, o BNDES, no sentido de reforçar a competitividade e promover a formação de empresas industriais multinacionais maiores, a posição industrial do Brasil continuou a declinar. Embora o setor agrícola tenha exibido alguns ganhos de produtividade a partir de 2000, os altos custos de logística têm limitado seu impacto. O Brasil ainda está à procura de novos motores de crescimento.

O governo da presidente Dilma Rousseff, como o de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, claramente não absorveu a lição principal da ascensão econômica do Leste Asiático: embora uma política industrial possa melhorar o desenvolvimento econômico, não é substituta para investimentos em infraestrutura, capital humano e setores focados em exportações.

Apesar de o Brasil orgulhar-se de ter um sistema eficaz de arrecadação tributária e de seu banco central ter uma reputação de praticar uma política monetária prudente, recursos fiscais são desperdiçados em programas sociais e em despesas constitucionalmente obrigatórias que produzem baixos retornos devido à inadequada implementação pelo setor público. Por outro lado,

os custos elevados dos empréstimos no mercado doméstico estão minando o investimento privado. De acordo com o Banco Mundial, o Brasil está na 130ª posição entre 185 países, em termos de facilidades para a atuação do empresariado.

Nesse contexto, o governo de Dilma Rousseff foi, talvez, temerário ao condenar o ingresso de “capital indesejável” nos últimos anos e de erguer barreiras a importações destinadas a proteger a indústria nacional, por assim prejudicar a concorrência no mercado. A estratégia mais prudente teria sido aumentar o investimento por meio de intermediação financeira para alocar esses recursos a empresas que estão sendo expulsas dos mercados de capitais domésticos devido aos custos excessivamente elevados dos empréstimos.

Na verdade, a abordagem do governo serviu apenas para agravar o problema brasileiro de baixo investimento de capital, fraca concorrência e relativamente pouca inovação — problemas que impediram o país de alcançar os ganhos de produtividade total dos fatores nas duas últimas décadas. A maioria dos analistas de tendências agora estima as taxas de crescimento do Brasil bem abaixo do produto potencial. Se eles estiverem certos, será difícil

manter os ganhos econômicos e sociais duramente conquistados na década passada.

Para evitar esse resultado, os líderes brasileiros deveriam incrementar a eficiência dos gastos do governo e usar os recursos liberados para alargar os gargalos de infraestrutura. O sucesso deveria ser medido de acordo com o impacto sobre, digamos, a qualidade da educação e a aquisição de competências, em vez de em relação ao nível obrigatório dos gastos públicos.

Além disso, os formuladores de políticas governamentais deveriam realizar uma reforma abrangente visando eliminar os privilégios das empresas nacionais e intensificar a competição, inclusive com empresas estrangeiras. A fim de aumentar a competitividade das exportações da indústria brasileira, a política industrial deveria apoiar a transição para produtos e serviços de alto valor. Para esse fim, os empréstimos do BNDES deveriam ser realocados — de empresas existentes para outras, inovadoras.

Um sucesso em todas essas áreas dependerá de efetiva implementação, monitoramento e cooperação entre governo e empresas. Nos próximos 10 a 15 anos, o Brasil terá uma tremenda oportunidade para capitalizar seu dividendo demográfico. A menos que o país alcance níveis suficientemente altos de produtividade e de crescimento, perderá sua oportunidade.

O setor de manufatura, que passou de 30% do PIB em 1980 para 15% em 2010, deve tornar-se um motor de inovação e de crescimento do PIB. Ao mesmo tempo, o setor de serviços em rápido crescimento — que responde por 90% dos novos empregos no Brasil — precisa ser mais produtivo, o que requer maior ênfase em serviços ligados à produção e às exportações.

Após uma década de reformas e contenção de gastos sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, e de uma década de políticas que favorecem a inclusão social no governo Lula, o Brasil necessita uma década de crescimento econômico. Seu governo não tem tempo a perder. (Tradução de Sergio Blum).

Danny Leipziger, professor de Negócios Internacionais da Universidade George Washington e diretor da Diálogo para o Crescimento, foi vice-presidente do Banco Mundial e atuou como vice-presidente da Comissão Spence sobre Crescimento e Desenvolvimento. Copyright: Project Syndicate, 2013. www.project-syndicate.org